



ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA JURÍDICA

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:
 - a folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

TEXTO 1

OPORTUNISMO À DIREITA E À ESQUERDA

Numa democracia, é livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve, entre outros, obedecidas leis e regras, lastreadas na Constituição. Em um regime de liberdades, há sempre o risco de excessos, a serem devidamente contidos e seus responsáveis, punidos, conforme estabelecido na legislação.

É o que precisa acontecer no rescaldo da greve dos caminhoneiros, concluídas as investigações, por exemplo, da ajuda ilegal de patrões ao movimento, interessados em se beneficiar do barateamento do combustível.

Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise. Inclusive, neste ano de eleição, com o objetivo de obter apoio a candidatos. Não faltam, também, os arautos do quanto pior, melhor, para desgastar governantes e reforçar seus projetos de poder, por mais delirantes que sejam. Também aqui vale o que está delimitado pelo estado democrático de direito, defendido pelos diversos instrumentos institucionais de que conta o Estado – Polícia, Justiça, Ministério Público, Forças Armadas etc.

A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento que mantêm o sistema produtivo funcionando, do qual depende a sobrevivência física da população. Isso não pode ser esquecido e serve de alerta para que as autoridades desenvolvam planos de contingência.

O Globo, 31/05/2018.

1

“Numa democracia, (1) é livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve, (2) entre outros, obedecidas leis e regras, (3) lastreadas na Constituição. Em um regime de liberdades, (4) há sempre o risco de excessos, (5) a serem devidamente contidos e seus responsáveis, punidos, conforme estabelecido na legislação”.

Nesse segmento inicial do texto, a vírgula que tem caráter optativo é a indicada pelo número

- (A) (1).
- (B) (2).
- (C) (3).
- (D) (4).
- (E) (5).

2

“Numa democracia, é livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve, entre outros, / obedecidas leis e regras, lastreadas na Constituição”.

No segmento acima, o conectivo que substituiria adequadamente a barra inserida entre as duas orações é:

- (A) apesar de.
- (B) desde que.
- (C) embora.
- (D) além de.
- (E) após.

3

Assinale a opção que apresenta o tom presente no primeiro parágrafo do texto.

- (A) Anarquista.
- (B) Libertário.
- (C) Legalista.
- (D) Socialista.
- (E) Individualista.

4

O texto, em sua organização, deve ser caracterizado como

- (A) narrativo, já que expõe uma série de fatos.
- (B) argumentativo, pois defende uma tese.
- (C) expositivo, já que informa fatos recentemente ocorridos.
- (D) descritivo, porque fornece características e qualidades.
- (E) poético, pois expõe uma realidade de forma sentimental.

5

Uma das maneiras de tornar mais clara a expressão escrita é redigir as frases em ordem direta. A frase a seguir,

“Numa democracia, é livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve.”

se colocada em ordem direta, seria redigida do seguinte modo:

- (A) “Numa democracia, é livre a expressão, o direito de reunião e de greve estão garantidos”.
- (B) “É livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve numa democracia.”
- (C) “A expressão é livre, o direito de reunião e de greve estão garantidos, numa democracia.”
- (D) “Numa democracia a expressão é livre e estão garantidos o direito de reunião e de greve.”
- (E) “A expressão é livre numa democracia e estão garantidos o direito de reunião e de greve.”

6

“Numa democracia, é livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve, entre outros, obedecidas leis e regras, lastreadas na Constituição. / Em um regime de liberdades, há sempre o risco de excessos, a serem devidamente contidos e seus responsáveis, punidos, conforme estabelecido na legislação”.

Entre os dois segmentos separados por uma barra inclinada há uma relação lógica de

- (A) explicação.
- (B) concessão.
- (C) conclusão.
- (D) oposição.
- (E) adição.

7

“É o que precisa acontecer no rescaldo da greve dos caminhoneiros, concluídas as investigações, por exemplo, da ajuda ilegal de patrões ao movimento, interessados em se beneficiar do barateamento do combustível.”

Segundo esse parágrafo do texto, o que “precisa acontecer” é

- (A) manter-se o direito de livre expressão do pensamento.
- (B) garantir-se o direito de reunião e de greve.
- (C) lastrear leis e regras na Constituição.
- (D) punirem-se os responsáveis por excessos.
- (E) concluírem-se as investigações sobre a greve.

8

“É o que precisa acontecer no rescaldo da greve dos caminhoneiros, / concluídas as investigações, por exemplo, da ajuda ilegal de patrões ao movimento, / interessados em se beneficiar do barateamento do combustível.”

As conjunções que poderiam ser empregadas, de forma adequada ao contexto, em lugar das barras inclinadas, são, respectivamente,

- (A) depois de / quando.
- (B) após / já que.
- (C) assim que / caso.
- (D) apesar de / visto que.
- (E) caso / dado que.

9

“Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise”.

Explica-se o emprego de “também” nesse segmento, porque

- (A) marca o acréscimo de aspectos negativos ligados à greve.
- (B) indica a adição de punições que devem ser aplicadas.
- (C) mostra um novo aspecto de aproveitamento positivo da crise.
- (D) demonstra mais uma lembrança afetiva da recente crise.
- (E) comprova a necessidade de retificar uma informação dada.

10

Em muitos casos, os infinitivos podem ser substituídos por substantivos cognatos. Assinale a opção que apresenta, em função do contexto, a substituição inadequada.

- (A) “...interessados em se beneficiar do barateamento do combustível” / interessados no benefício do barateamento do combustível.
- (B) “...para desgastar governantes” / para o desgaste dos governantes.
- (C) “...com o objetivo de obter apoio a candidatos” / com o objetivo de obtenção de apoio a candidatos.
- (D) “...para se aproveitar da crise” / para o proveito da crise.
- (E) “...e reforçar seus projetos de poder” / e reforço de seus projetos de poder.

11

“Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise. Inclusive, neste ano de eleição, com o objetivo de obter apoio a candidatos. Não faltam, também, os arautos do quanto pior, melhor, para desgastar governantes e reforçar seus projetos de poder, por mais delirantes que sejam. Também aqui vale o que está delimitado pelo estado democrático de direito, defendido pelos diversos instrumentos institucionais de que conta o Estado – Polícia, Justiça, Ministério Público, Forças Armadas etc.”

O emprego de etc ao final do segmento, indica que

- (A) há outros instrumentos institucionais de menor importância.
- (B) existem outros instrumentos não lembrados pelo enunciador.
- (C) não há qualquer outro instrumento institucional a ser citado.
- (D) existem outros instrumentos, mas não pertinentes ao texto.
- (E) não há necessidade textual de citar outros instrumentos.

12

“A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento que mantêm o sistema produtivo funcionando, do qual depende a sobrevivência física da população.”

Ao dizer que “a greve atravessou vários sinais”, o autor do texto quer dizer que a greve

- (A) foi anunciada muitas vezes antes de ocorrer.
- (B) foi preparada cuidadosamente antes de ser deflagrada.
- (C) atravessou várias etapas antes de chegar ao clímax.
- (D) preveniu as autoridades muitas vezes.
- (E) cometeu várias irregularidades.

13

“A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento que mantêm o sistema produtivo funcionando, do qual depende a sobrevivência física da população.”

Assinale a opção em que a substituição de termos desse segmento do texto é inadequada.

- (A) “vários sinais” por “sinais vários”.
- (B) “ao estrangular” por “quando estrangulou”.
- (C) “que mantêm o” por “mantenedoras do”.
- (D) “funcionando” por “em funcionamento”.
- (E) “da população” por “populacional”.

14

A frase a seguir que apresenta uma forma de voz passiva é:

- (A) “Numa democracia, é livre a expressão”.
- (B) “A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento...”.
- (C) “Em um regime de liberdades, há sempre o risco de excessos, a serem devidamente contidos”.
- (D) “Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise”.
- (E) “...que mantêm o sistema produtivo funcionando”.

15

Assinale a opção em que o termo sublinhado funciona como sujeito.

- (A) “Em um regime de liberdades, há sempre o risco de excessos”.
- (B) “Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise”.
- (C) “Não faltam, também, os arautos do quanto pior, melhor, ...”.
- (D) “A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento que mantêm o sistema produtivo funcionando”.
- (E) “Numa democracia, é livre a expressão”.

Legislação Específica

16

Determinado instituição do Estado abriu concurso público para preenchimento de cargo em seu quadro de carreira. O edital registra que o candidato que reside no Estado organizador do certame há, pelo menos, dois anos e que comprove ser carente, terá direito à isenção da taxa de inscrição.

A exigência de residência no Estado organizador do concurso é

- (A) compatível com o princípio da legalidade, por se tratar de cargo em quadro de carreira de instituição estadual.
- (B) adequada em relação ao princípio da dignidade da pessoa humana, considerando moradia como mínimo existencial.
- (C) inconstitucional, por registrar uma discriminação incompatível com o princípio da impessoalidade.
- (D) inconstitucional, por não haver razoabilidade na exigência formulada, a qual insere critério subjetivo de difícil verificação, para aferição da carência, que é objetiva.
- (E) compatível com o princípio da isonomia material, ao estabelecer regra de proteção regional aos candidatos carentes do Estado organizador do certame.

17

Manuel de Souza, idoso e pobre, necessita de medicamento de uso continuado e controlado para se tratar de doença diagnóstica por médico do SUS. A medicação não faz parte das Relações Nacional e Municipal de Medicamentos Essenciais, mas Manuel precisa ter o remédio para recuperar sua saúde. Desta forma recorreu ao Poder Judiciário, acionando o Município de Maceió. Sobre o caso narrado, conforme os princípios inseridos na Carta Magna Estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Município está obrigado a fornecer a medicação, conforme orientação do médico, em virtude de seu dever de proteger a vida e a saúde dos munícipes.
- (B) O Município, ao favorecer Manuel, irá contra o princípio da igualdade, já que não somente ele necessita de remédios fora da lista.
- (C) O Município só está obrigado a entregar os remédios se houvesse disponibilidade orçamentária, ante o princípio da preservação da ordem econômica.
- (D) O Município não está obrigado a atender aos interesses locais porque a entrega de medicação a carentes é um programa de abrangência nacional.
- (E) O Município, pelo princípio do controle da Administração Pública, não está obrigado a fornecer a medicação fora da relação municipal de medicamentos essenciais.

18

Com relação à revisão de processo disciplinar, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pode ser arguida a qualquer tempo, unicamente pelo servidor que foi punido, apenas para justificar sua inocência ou abrandar a pena que lhe foi aplicada.
- II. O interessado questionará os mesmos fatos já examinados quando da instauração do processo disciplinar, vedada a inovação, com o intuito de rever a punição imposta.
- III. O julgamento da revisão do processo disciplinar caberá à comissão formada por agentes públicos de autoridade hierárquica superior à daquele que aplicou a penalidade.

Está **incorreto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

19

A todas as infrações listadas a seguir cabe pena de advertência ao membro do Ministério Público comprovadamente faltoso, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Desobediência à determinação de caráter geral originada do Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) Infração à ética funcional, tratando com grave descortesia autoridade judiciária.
- (C) Desatendimento a pedido de informação, que emane de órgão do Ministério Público.
- (D) Desobediência à ordem de caráter geral que tenha emanado do Procurador Geral de Justiça.
- (E) Eventual atuação de forma negligente no exercício de suas funções.

20

Leia o fragmento a seguir.

“Cada membro do MP representa o órgão todo, porque o interesse do qual é titular é coletivo e não de uma individualidade concreta. Sendo indisponível o interesse representado pelo Ministério Público, a não fixação de membro (a não ser por distribuição interna e vulnerável do serviço) significa a natureza da totalidade homogênea do Órgão”.

O fragmento lido trata do princípio

- (A) da autonomia funcional.
- (B) da unidade de atuação.
- (C) da representatividade.
- (D) da indivisibilidade.
- (E) do promotor natural.

Direito Administrativo

21

A Lei nº 123/2018, do Estado Alfa, disciplinou a atuação de certo órgão público, composto por dez agentes, que seria competente para definir, pelo voto da maioria dos seus membros, as políticas públicas a serem adotadas em determinada área temática, as quais seriam necessariamente promovidas pelo Secretário de Estado competente.

À luz da classificação dos órgãos públicos, o referido órgão é considerado

- (A) subordinado, consultivo e coletivo de representação unitária.
- (B) diretivo, deliberativo e coletivo de representação plúrima.
- (C) diretivo, consultivo e coletivo de representação plúrima.
- (D) diretivo, consultivo e coletivo de representação unitária.
- (E) subordinado, deliberativo e singular.

22

O Município Beta celebrou contrato administrativo de trato sucessivo com a sociedade empresária Ômega, tendo previsto, na cláusula 22.3, que, na periodicidade indicada, o preço pactuado seria acrescido de percentual equivalente à inflação acumulada no período, tomando-se por base o índice oficial indicado.

Considerando à sistemática legal vigente, a cláusula 22.3 é

- (A) ilegal, por afrontar o risco negocial da alçada da contratada.
- (B) necessária, dispondo sobre critério de reajuste.
- (C) facultativa, dispondo sobre critério de reajuste.
- (D) necessária, dispondo sobre critério de revisão.
- (E) facultativa, dispondo sobre critério de revisão.

23

O órgão competente do Município Delta, no exercício de suas atividades regulares, constatou que a Distribuidora de Alimentos Kapa não estava acondicionando os alimentos que distribuía com estrita observância da disciplina estabelecida em regulamento do Chefe do Poder Executivo, o qual fora editado em harmonia com a lei de regência. Como os alimentos estavam expostos às intempéries do tempo, foram inutilizados, apesar da resistência do sócio-gerente da Distribuidora, sendo aplicada a multa prevista em lei.

Considerando a narrativa acima, assinale a opção que indica a natureza e as características de todos os atos praticados, bem como a espécie do poder desempenhado.

- (A) Poder de polícia, com a prática de atos preventivos e repressivos, normativos e concretos, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- (B) Poder disciplinar, com a prática de atos preventivos, de ordenação, de caráter concreto e de natureza vinculada, tendo a característica da coercibilidade.
- (C) Poder de polícia, com a prática de atos repressivos, normativos e gerais, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- (D) Poder disciplinar, com a prática de atos repressivos, normativos e concretos, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- (E) Poder de polícia, com a prática de atos preventivos e repressivos, concretos e discricionários, tendo a característica da autoexecutoriedade.

24

João tomou posse no cargo de agente administrativo, de provimento efetivo, após regular aprovação em concurso público de provas. Como o seu objetivo era o de alcançar a estabilidade no cargo, procurou um advogado e solicitou informações a respeito dos requisitos a serem preenchidos para que tal venha a ocorrer.

À luz da narrativa acima e dos requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, o advogado respondeu corretamente que João

- (A) somente poderia adquirir a estabilidade caso tivesse sido aprovado em concurso público de provas e títulos.
- (B) irá adquirir estabilidade após três anos de efetivo exercício e parecer favorável da comissão de avaliação.
- (C) irá adquirir estabilidade após dois anos de efetivo exercício e parecer favorável da comissão de avaliação.
- (D) irá adquirir estabilidade após o decurso de três anos de efetivo exercício, somente.
- (E) irá adquirir estabilidade após o decurso de dois anos de efetivo exercício, somente.

25

Após ser informado pelo órgão competente sobre a necessidade de a Administração Pública adquirir determinados materiais de escritório, o Diretor de Licitações informou que os bens poderiam ser adquiridos com o uso de modalidade de licitação.

Essa modalidade de licitação permite a participação de interessados cadastrados ou que atendam a todas as exigências para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.666/93, essa modalidade é

- (A) a tomada de preços.
- (B) o pregão presencial.
- (C) o pregão eletrônico.
- (D) a concorrência.
- (E) o convite.

26

O Chefe do Poder Executivo do Município Alfa decidiu construir um restaurante popular com o objetivo de facilitar o acesso, da população de baixa renda, ao direito social à alimentação. Sua assessoria, para viabilizar a realização do projeto, identificou a existência das seguintes áreas pertencentes ao Poder Público: (1) uma praça pública; (2) um edifício que abriga uma repartição pública estadual em funcionamento; (3) um edifício abandonado, que décadas atrás abrigava uma repartição pública estadual; (4) um cemitério público; e (5) uma grande loja alugada para uma revendedora de automóveis.

Ao ser informado do levantamento realizado por sua assessoria, o chefe do Poder Executivo determinou que fosse anunciado à população que o restaurante popular funcionaria em um dos bens de uso especial indicados, sendo que o Município adotaria as medidas de adaptação e desafetação necessárias.

Considerando a classificação dos bens públicos e a determinação do Chefe do Poder Executivo, o restaurante somente poderá, teoricamente, funcionar nas áreas

- (A) 2 ou 3.
- (B) 2, 3 ou 5.
- (C) 1 ou 4.
- (D) 3 ou 5.
- (E) 2 ou 4.

27

João, aluno do ensino fundamental da rede municipal de ensino, sofre de uma doença degenerativa que acarreta diminuição de sua acuidade visual e auditiva. Apesar da gravidade do problema, praticamente inviabilizando a sua participação nas aulas, ele pode ser facilmente contornado com a utilização de certo equipamento disponível no mercado, o qual sua família não tem condições financeiras de adquirir.

Considerando a disciplina estabelecida pela Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que o referido equipamento é uma modalidade de

- (A) viabilizador de inclusão, mas, por não ser uma necessidade da coletividade, não precisa ser oferecido pelo Poder Público.
- (B) barreira universal, que impede o acesso da pessoa com deficiência à educação, mas não caracteriza discriminação.
- (C) fator de acessibilidade atitudinal, cuja ausência de oferta pelo Poder Público caracteriza situação de discriminação.
- (D) tecnologia assistiva, cujo não fornecimento pelo Poder Público caracteriza uma situação de discriminação.
- (E) barreira tecnológica, cuja ausência impede o acesso da pessoa com deficiência à educação básica.

28

Considere a seguinte narrativa, dividida em seis partes:

(1) a União, o Estado Alfa e cinco Municípios localizados em seu território decidiram formar um consórcio público, (2) sob a forma de associação privada, (3) para a organização de um evento esportivo de grandes proporções. Para tanto, (4) esses entes federados celebraram protocolo de intenções, (5) o qual foi ratificado por cada Chefe do Poder Executivo, sendo considerado como celebrado o contrato de consórcio público. Ainda foi previsto que (6) a assembleia geral é a instância máxima do consórcio público.

À luz da narrativa acima e do disposto na Lei nº 11.107/05, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, é correto afirmar que estão juridicamente corretas as partes

- (A) 1, 2, 3, 5 e 6, somente.
- (B) 1, 2, 3, 4 e 5, somente.
- (C) 1, 2, 3, 4 e 6, somente.
- (D) 2, 3, 4, 5 e 6, somente.
- (E) 1, 4, 5 e 6, somente.

29

Ernesto, titular de cargo de provimento efetivo, é vigia de uma repartição pública municipal. Sensibilizado com a penúria financeira de Antônio, seu amigo de infância, deixou a repartição aberta para que este último, durante a noite, pudesse subtrair dois computadores do local. Antônio realizou a subtração e, apesar de sua insistência, Ernesto se recusou a ficar com um dos computadores subtraídos.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- (A) Antônio praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, enquanto Ernesto incorreu na afronta aos princípios administrativos.
- (B) Antônio praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, não sendo Ernesto passível de punição.
- (C) Ernesto praticou o ato de improbidade que importa em lesão ao erário, enquanto Antônio incorreu em enriquecimento ilícito.
- (D) Ernesto e Antônio praticaram ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- (E) Ernesto e Antônio praticaram ato de improbidade que importa em lesão ao erário.

30

Com o objetivo de ampliar sua atuação na prestação de determinado serviço público de contornos assistenciais, o Município Alfa realizou chamamento público para selecionar as organizações da sociedade civil com as quais celebraria ajustes para esse fim. Acresça-se que nesses ajustes haveria previsão de transferência de recursos públicos para tais organizações.

A partir da sistemática estabelecida na Lei nº 13.019/14, é correto afirmar que o referido ajuste, a ser celebrado com os entes do terceiro setor, tem a natureza jurídica de

- (A) acordo de cooperação.
- (B) termo de colaboração.
- (C) contrato de gestão.
- (D) termo de fomento.
- (E) convênio.

Direito Civil e Processual Civil

31

Por meio de mandato, a Cores Ltda. contratou os serviços de João Silva para aquisição, em nome da mandante, de galões de tinta da fabricante Pincel Ltda.

Com o intuito de promover economia para Cores Ltda., João Silva procura Demão S/A, também fabricante de tintas, e com ela contrata a compra de galões de tinta a ele solicitados pela mandante.

Considerando que Demão S/A tinha conhecimento da extensão do mandato, diz que o negócio da aquisição

- (A) produz efeitos em relação a Cores Ltda., pois João Silva obteve proveito econômico.
- (B) obriga João Silva a cumprir com os deveres decorrentes da compra e venda.
- (C) não produz efeitos em relação a Cores Ltda. e João Silva, pois Demão S/A assumiu o risco do negócio.
- (D) é inexistente, visto que não houve emissão de vontade válida pelas partes.
- (E) é ineficaz em relação a Demão S/A, ainda que Cores Ltda. venha a ratificá-lo.

32

Joaquim faleceu e deixou, como herança, 04 (quatro) apartamentos iguais (101, 102, 103 e 104), todos localizados em um mesmo edifício e com idênticos preços de mercado. Sem deixar testamento, seus únicos herdeiros são seus filhos Jorge, Maria, Ana e Carlos.

Passando por dificuldades financeiras, Carlos resolve alienar, antes de findado o inventário, um dos apartamentos (o 101), mediante cessão de direitos sobre o imóvel a Marcos.

A respeito desta cessão, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representa renúncia translativa da herança, pelo que Marcos, em substituição a Carlos, deve se habilitar no inventário.
- (B) Tem efeito de cessão de direitos hereditários, mas Marcos poderá receber, contudo, qualquer um dos bens.
- (C) Os demais herdeiros poderão se opor à alienação, mediante o exercício do direito de preferência.
- (D) É ineficaz e, portanto, Marcos não fará jus ao apartamento 101.
- (E) Trata-se de renúncia abdicativa, pelo que os demais herdeiros deverão pagar o preço do imóvel a Marcos.

33

Josimar, pecuarista, adquiriu dos irmãos Alberto e Rodrigo, um touro reprodutor. Por conveniência das partes, o preço foi antecipadamente pago, fixaram data para a entrega do animal e, na hipótese de perecimento do touro, uma multa de 10% sobre o valor adiantado.

No dia de entrega do animal, Rodrigo, ao conduzir o veículo de transporte, empreende manobra arriscada onde não era possível ultrapassar e, ao sair da pista, tomba com o veículo, vindo a falecer o touro. Rodrigo sobrevive.

Diante desta situação, Josimar faz jus

- (A) à cláusula penal convencionada, apenas, que deverá ser rateada pelos irmãos.
- (B) ao valor antecipado e à multa, que serão rateados pelos vendedores, cabendo a Alberto o regresso dos valores.
- (C) ao valor antecipado, devido por qualquer dos irmãos e à multa, devida apenas por Rodrigo.
- (D) à multa, devida por inteiro por Alberto e Rodrigo e ao preço por eles rateado.
- (E) ao preço, rateado pelos vendedores e à multa, devida em sua integralidade por Rodrigo e na metade, por Alberto.

34

Luís e Alexandre são proprietários de terrenos vizinhos. Aproveitando-se da ausência de Alexandre, que foi residir no exterior, Luís, um dia após a partida de Alexandre, invade parte do imóvel vizinho e lá passa a cultivar verduras.

Após nove meses, Alexandre retorna de férias ao Brasil e encontra o terreno invadido.

Quanto à retomada do imóvel, Alexandre

- (A) nada poderá fazer, pois o terreno passou a ser produtivo com as verduras.
- (B) deverá fazê-la de imediato, por meio da autotutela do desforço possessório.
- (C) para reaver o bem, deverá ressarcir os frutos pendentes de colheita.
- (D) deverá ajuizar ação possessória própria e ressarcir as despesas do cultivo.
- (E) não poderá reavê-lo, salvo indenização das benfeitorias úteis custeadas por Luís.

35

Shirley e Henrique, universitários, os dois com 19 anos, tiveram uma filha, fruto de um rápido namoro.

Após o nascimento de Kátia, Shirley estabeleceu união estável com sua amiga de infância Carla, próspera e jovem empresária, com quem reside junto com sua filha.

Shirley, embora trabalhe, não auferir renda suficiente para o sustento de Kátia, que não recebe qualquer contribuição de Henrique, visto que desempregado.

Inconformada por não contar com Henrique na divisão das despesas de Kátia, Shirley resolve propor ação de alimentos em face dos avós paternos da criança, já que não conta com a ajuda de seus falecidos pais.

Quanto ao pedido de alimentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Procede a cobrança, uma vez que os avós são responsáveis subsidiários.
- (B) Deve ser acolhido, pois os avós são solidários com Henrique na dívida alimentar.
- (C) Não deve ser acolhido, uma vez que os avós não são os pais de Kátia.
- (D) Não tem cabimento, pois Carla deverá auxiliar nas despesas de Kátia.
- (E) Pode ser acolhido, desde que os alimentos sejam proporcionais ao auxílio prestado por Carla.

36

O Direito Processual brasileiro possui diversos instrumentos para a tutela coletiva de direitos.

Sobre as ações coletivas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se admite litisconsórcio entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na ação civil pública, em razão da unidade do Ministério Público.
- (B) Nas ações coletivas para defesa de direitos difusos do consumidor, a coisa julgada é *ultra partes*, salvo na improcedência por falta de provas.
- (C) Nas ações coletivas para defesa de direitos individuais homogêneos do consumidor, a coisa julgada é *erga omnes*, na procedência do pedido.
- (D) As associações são legitimadas a propor ações civis públicas, bastando, para tanto, sua pré-constituição há, pelo menos, um ano.
- (E) Nas ações civis públicas, não pode o Poder Público atuar como litisconsorte ao lado do autor.

37

Sobre a competência no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A reunião de ações conexas pode se dar a qualquer tempo, independentemente da prolação de sentença em algum dos processos.
- (B) As decisões do juízo absolutamente incompetente são nulas.
- (C) A cláusula de eleição de foro abusiva pode ser decretada ineficaz de ofício pelo juiz a qualquer tempo.
- (D) Quando houver continência, as ações serão necessariamente reunidas.
- (E) Serão reunidos, para julgamento conjunto, os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

38

Quanto ao cabimento do agravo de instrumento no Código de Processo Civil, **não** cabe agravo de instrumento em face da decisão interlocutória no processo de conhecimento que versar sobre

- (A) indeferimento de meio de prova.
- (B) admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.
- (C) tutela provisória.
- (D) mérito do processo.
- (E) exibição ou posse de documento ou coisa.

39

Uma vez proposta uma demanda, relativamente à sua modificação, o Código de Processo Civil estabelece que o autor poderá,

- (A) até a citação, aditar ou alterar o pedido, mediante o consentimento do réu.
- (B) até a citação, aditar ou alterar a causa de pedir, mediante o consentimento do réu.
- (C) até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido, com consentimento do réu, assegurado o contraditório.
- (D) após o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento judicial.
- (E) até o saneamento do processo, aditar ou alterar a causa de pedir, sem o consentimento do réu.

40

Sobre a tutela provisória, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução.
- II. Uma vez estabilizada a tutela antecipada antecedente, pode o interessado propor ação rescisória no prazo de dois anos.
- III. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Constitucional

41

Pedro nasceu na Itália no período em que seu pai, de nacionalidade brasileira, ali residia em caráter permanente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Pedro

- (A) será cidadão brasileiro caso venha a residir no território brasileiro e opte por esta nacionalidade até os 18 anos.
- (B) é considerado cidadão brasileiro caso tenha sido registrado na repartição brasileira competente.
- (C) será cidadão brasileiro caso a sua mãe também tenha a nacionalidade brasileira.
- (D) somente será nacional brasileiro caso requeira a sua naturalização.
- (E) é considerado cidadão brasileiro.

42

Diversos titulares de direitos individuais de natureza disponível solicitaram ao Ministério Público a adoção das providências necessárias ao reconhecimento judicial do seu direito.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, o Ministério Público

- (A) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso o seu caráter disponível não comprometa sua natureza difusa.
- (B) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso estejam associados a valores superiores, de interesse social.
- (C) não tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, salvo se cada beneficiário lhe outorgar procuração.
- (D) não tem legitimidade para atuar em defesa de direitos dessa natureza, em razão da sua disponibilidade.
- (E) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso sejam titularizados por entes públicos.

43

No curso de uma relação processual, a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, ao analisar recurso de apelação interposto pela parte autora, constatou que o recorrente tinha requerido a aplicação da Lei Federal nº QR3/18, que fora considerada inconstitucional pelo juízo de primeiro grau em sua sentença.

Considerando a sistemática constitucional afeta ao controle difuso de constitucionalidade realizado pelos tribunais, é correto afirmar que a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

- (A) deve suspender o exame do recurso de apelação e aguardar que o Supremo Tribunal Federal analise a referida lei.
- (B) deve suspender o exame do recurso de apelação e aguardar que o pleno do Tribunal autorize a aplicação da lei.
- (C) não pode negar-se a aplicar a lei federal, o que somente é possível no âmbito da Justiça Federal.
- (D) pode reconhecer a inconstitucionalidade da referida lei e deixar de aplicá-la ao caso concreto.
- (E) pode reconhecer a constitucionalidade da referida lei e aplica-la ao caso concreto.

44

A Lei estadual nº ZX4/2006 regulamentou determinado preceito constitucional, que veio a ser revogado por emenda constitucional. Apesar de a vigência da referida Lei ter sido nitidamente afastada pela reforma constitucional, diversos órgãos administrativos e judiciais continuaram a aplicá-la, o que vinha afetando a harmônica convivência entre as estruturas estatais de poder.

Assinale a opção que indica o instrumento a ser utilizado, pelo devido legitimado, para que seja reconhecida, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, a incompatibilidade entre a Lei estadual nº ZX4/06 e a Constituição da República.

- (A) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) Representação por inconstitucionalidade.
- (C) Ação declaratória de não recepção.
- (D) Reclamação constitucional.
- (E) Mandado de segurança.

45

O Distrito Federal editou a Lei nº ZR2/2018, disciplinando o horário de funcionamento do comércio. O partido político Alfa, que contava com um único representante na Câmara dos Deputados, entendeu que o referido horário era muito reduzido, sendo manifestamente contrário às normas da Constituição da República. Por essa razão, ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

Considerando a sistemática constitucional afeta ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o partido político Alfa

- (A) tem legitimidade para ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas ela não é cabível na situação narrada.
- (B) não tem legitimidade, porque as leis distritais somente estão sujeitas ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.
- (C) não tem legitimidade para ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade e ela não é cabível na situação narrada.
- (D) não tem legitimidade para ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas ela é cabível na situação narrada.
- (E) tem legitimidade para ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade e ela é cabível na situação narrada.

46

O Ministério Público impetrou mandado de segurança, contra ato de Desembargador, perante o Tribunal de Justiça do Estado. O pedido formulado foi indeferido com base em um argumento considerado, pela Instituição, nitidamente contrário à ordem constitucional. À luz desses fatos, o Ministério Público decidiu manejar o recurso cabível para que a causa seja analisada pelo Tribunal Superior competente.

Sobre a sistemática constitucional e a divisão de competências dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser interposta reclamação constitucional endereçada ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) Deve ser interposto recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) Deve ser interposto recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Deve ser interposto recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Deve ser interposto recurso ordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.

47

Em processo disciplinar instaurado originariamente no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, em que um Juiz de Direito, com três anos de carreira, teria praticado infração penal de singular gravidade contra a Administração Pública, o representante requereu que lhe fosse aplicada a sanção de demissão.

Considerando a sistemática constitucional, a narrativa acima apresenta

- (A) uma irregularidade, pois o Conselho Nacional de Justiça não pode adotar medidas disciplinares em face de magistrados, mas apenas em relação aos servidores.
- (B) regularidade, porque o Conselho Nacional de Justiça pode conhecer originariamente a representação e aplicar a sanção de demissão.
- (C) duas irregularidades, pois o Conselho Nacional de Justiça não pode conhecer originariamente da representação, bem como aplicar a sanção de demissão.
- (D) uma irregularidade, pois o Conselho Nacional de Justiça pode conhecer originariamente da representação, mas não aplicar a sanção de demissão.
- (E) uma irregularidade, pois o Conselho Nacional de Justiça pode aplicar a sanção de demissão, mas não conhecer originariamente da representação.

48

Determinada Constituição Estadual, com o objetivo de uniformizar as boas práticas legislativas nos Municípios, estatuiu uma série de normas dispendo sobre os deveres funcionais dos Vereadores, no exercício de sua atividade legislativa, que não foram objeto de referência na Constituição da República.

Por entender que essas normas da Constituição Estadual destoavam dos balizamentos oferecidos pela Constituição da República, certo partido político solicitou que sua assessoria jurídica analisasse a matéria.

Após análise da sistemática constitucional, a assessoria respondeu que as referidas normas eram

- (A) inconstitucionais, pois, pelo federalismo brasileiro, os Municípios são regidos apenas por sua lei orgânica, sem influência das Constituições do Estado e da República.
- (B) constitucionais, pois os vereadores, por simetria, devem observar deveres similares aos dos Deputados Estaduais, os quais estão previstos na Constituição Estadual.
- (C) inconstitucionais, pois a Constituição Estadual não pode desconsiderar a autonomia dos Municípios, avançando em seara que lhes é própria.
- (D) constitucionais, pois os Municípios devem observar os princípios estabelecidos na Constituição da República e na Constituição Estadual.
- (E) inconstitucionais, pois as Constituições Estaduais, em nenhuma hipótese, projetam a sua força normativa sobre os Municípios.

49

Elias, servidor público, teve deferida a sua aposentadoria em 2014. No corrente ano, foi comunicado por sua repartição de origem que o Tribunal de Contas do Estado, por ocasião do respectivo registro, detectara ilegalidades no cálculo dos seus proventos e decidiu que deveriam ser reduzidos. Elias, surpreso com o próprio envio do processo de aposentadoria ao Tribunal de Contas, por ele desconhecido, solicitou orientação do seu advogado.

Considerando os dados oferecidos e a sistemática constitucional, o advogado respondeu que o procedimento do Tribunal de Contas do Estado está

- (A) correto, pois o Tribunal de Contas deve apreciar a qualquer tempo, para registro, o ato inicial de aposentadoria, mas, após cinco anos, observará o contraditório e a ampla defesa.
- (B) correto, pois o Tribunal de Contas deve cumprir o prazo decadencial de cinco anos para apreciar o ato inicial de aposentadoria, observado o contraditório e a ampla defesa.
- (C) incorreto, pois o Tribunal de Contas deveria limitar-se a emitir parecer sobre a matéria, com a conseqüente devolução do processo de aposentadoria ao Poder Executivo.
- (D) correto, pois o Tribunal de Contas deve apreciar a qualquer tempo, para registro, o ato inicial de aposentadoria, independente da manifestação de Elias.
- (E) incorreto, pois o Tribunal de Contas, por força do princípio da separação dos poderes, não deve apreciar o ato inicial de aposentadoria.

50

A Lei estadual X34, de iniciativa do Governador do Estado, alterou a sistemática de cálculo das gratificações devidas aos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo, o que afetou as projeções de ganhos futuros. Apesar disso, não houve qualquer redução de vencimentos, pois os valores pagos à época foram incorporados.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que a Lei estadual X34 é

- (A) inconstitucional, por vício de iniciativa e afronta à garantia do direito adquirido.
- (B) inconstitucional, por afronta ao princípio da irredutibilidade das gratificações.
- (C) constitucional, pois não há direito adquirido a regime jurídico.
- (D) inconstitucional, por afronta à garantia do direito adquirido.
- (E) inconstitucional, por vício de iniciativa.

Direito Penal e Processual Penal

51

Paulo foi vítima de um crime de difamação, crime esse de ação penal privada, no dia 01 de dezembro de 2017, ocasião em que recebeu uma carta com o conteúdo criminoso. Diante disso, compareceu, no mesmo dia, em sede policial, narrou o ocorrido e demonstrou interesse na investigação da autoria delitiva.

No dia 14 de dezembro de 2017, foi elaborado relatório conclusivo, indicando que Mariana e Marta agiram em comunhão de ações e desígnios e eram as autoras do delito. Paulo procura Mariana, que era sua ex-companheira, para esclarecimentos sobre o ocorrido, ocasião em que os dois se entendem e retomam o relacionamento.

Em relação à Marta, porém, Paulo ofereceu queixa-crime, em 13 de junho de 2018, imputando-lhe a prática do crime do Art. 139 do CP.

Com base apenas nas informações narradas, ao analisar o procedimento em 15 de junho de 2018, o Promotor de Justiça deverá opinar pelo

- (A) não recebimento da queixa em face de Marta, tendo em vista que houve decadência no exercício do direito de queixa.
- (B) recebimento da queixa em face de Marta, uma vez que a mesma foi oferecida dentro do prazo legal, nada mais podendo ser feito em relação à Mariana, já que houve renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a esta.
- (C) não recebimento da queixa em face de Marta, diante da renúncia ao exercício do direito de queixa em favor de Mariana.
- (D) não recebimento da queixa em face de Marta, uma vez que houve perdão do ofendido.
- (E) recebimento da queixa em face de Marta, bem como intimação do querelante para imediato aditamento da queixa, incluindo Mariana no polo passivo.

52

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Caio, imputando-lhe a prática do crime de aborto sem o consentimento da gestante. Ao final da primeira fase do procedimento bifásico do Tribunal do Júri, entendeu o magistrado pela impronúncia do denunciado.

Ao ser intimado do teor da decisão, caberá ao Promotor de Justiça apresentar

- (A) recurso em sentido estrito, que prevê a possibilidade de juízo de retratação pelo juízo *a quo*.
- (B) apelação, que, para combater decisão no procedimento do júri, prevê a possibilidade de juízo de retratação pelo juízo *a quo*.
- (C) recurso em sentido estrito, que não admite juízo de retratação pelo juízo *a quo*.
- (D) apelação, que não admite juízo de retratação pelo juízo *a quo*.
- (E) agravo, que admite o juízo de retratação pelo juízo *a quo*.

53

Na mesma data, João, funcionário público estadual, praticou um crime de corrupção passiva (Art. 317. Pena: 02 a 12 anos de reclusão e multa) na cidade Y e, para esconder a prova do delito anterior de corrupção, praticou dois crimes de falsificação de documento público (Art. 297. Pena: 02 a 06 anos e multa) na cidade Z, tendo a prisão em flagrante ocorrido na comarca W.

Ao receber os autos do procedimento, indiciando João pelos crimes de corrupção passiva e falsificação de documento público, este último por duas vezes, em concurso material, caberá ao Promotor de Justiça oferecer denúncia perante a comarca

- (A) W, tendo em vista que prevalece, para fins de competência, o local da prisão em flagrante;
- (B) de Z, em razão da relação de conexão entre os crimes de corrupção e falsificação de documento público.
- (C) de Z, em razão da relação de continência entre os crimes de corrupção e falsificação de documento público.
- (D) de Y, em razão da relação de conexão entre os crimes de corrupção e falsificação de documento público.
- (E) de Y, em razão da relação de conexão entre os crimes de corrupção e falsificação de documento público.

54

Um dos temas relevantes no Processo Penal é “*Prisões e Medidas Cautelares Alternativas*”, já que está relacionado ao fundamental direito à liberdade.

Sobre o tema em questão, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A medida cautelar de internação provisória exige laudo, indicando a inimputabilidade do agente e risco de reiteração, mas não que os crimes sejam praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.
- (B) A prisão preventiva poderá ser decretada a requerimento do Ministério Público, após representação da autoridade policial ou de ofício, seja durante as investigações seja no curso da ação penal.
- (C) A prisão temporária é instrumento utilizado nas investigações criminais, podendo ser aplicada independentemente do crime que esteja sendo investigado, desde que indispensável à investigação.
- (D) A prisão em flagrante deverá ser comunicada, no prazo de 24h, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, não havendo, indispensabilidade, porém, na comunicação da defesa técnica do preso.
- (E) A prisão preventiva poderá ser substituída por domiciliar quando o preso tiver filho de até 12 anos incompletos, desde que seja o único responsável pelos cuidados da criança.

55

A Lei nº 9.099/95, que disciplina o procedimento aplicável aos Juizados Especiais Criminais estaduais, traz uma série de regras procedimentais próprias, além dos chamados institutos despenalizadores.

Sobre os institutos despenalizadores e o procedimento dos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A citação será pessoal, como regra geral, nos Juizados Especiais Criminais, podendo, porém, ser por edital, se o acusado não for localizado quando da diligência.
- (B) A composição dos danos civis poderá ocorrer apenas nas ações penais de iniciativa privada, mas não sobre quaisquer das espécies de ação pública.
- (C) A transação penal poderá ser concedida ao réu condenado definitivamente, anteriormente, pelo crime de ameaça ao pagamento de pena exclusivamente de multa.
- (D) A suspensão condicional do processo poderá ser aplicada apenas às contravenções penais e às infrações de menor potencial ofensivo, exigindo-se, ainda, que a pena mínima seja de até 01 (um) ano.
- (E) A ação penal relativa aos crimes de lesão corporal culposa e lesão leve dolosa depende da representação do ofendido, ainda que praticadas no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

56

Em seu primeiro evento na faculdade, Rodrigo ingeriu, com a intenção de comemorar, grande quantidade de bebida alcoólica. Apesar de não ter intenção, a grande quantidade de álcool fez com que ficasse embriagado e, em razão desse estado, acabou por iniciar discussão desnecessária e causar lesão corporal grave em José, ao desferir contra ele dois socos.

Todas as informações acima são confirmadas em procedimento de investigação criminal.

Ao analisar as conclusões do procedimento caberá ao Promotor de Justiça reconhecer

- (A) a ausência de culpabilidade do agente diante da situação de embriaguez culposa.
- (B) a ausência de culpabilidade do agente em razão da embriaguez completa, proveniente de caso fortuito, aplicando-se medida de segurança.
- (C) a existência de conduta típica, ilícita e culpável, inclusive com presença da agravante da embriaguez pré-ordenada.
- (D) a existência de conduta típica, ilícita e culpável, pois a embriaguez foi culposa, não sendo possível imputar a agravante da embriaguez pré-ordenada.
- (E) a existência de conduta típica, ilícita e culpável, pois a embriaguez foi voluntária, não sendo possível imputar a agravante da embriaguez pré-ordenada.

57

Enquanto cumpria pena em livramento condicional, Jaqueline vem a ser condenada, novamente, pela prática de crime, sendo aplicada pena privativa de liberdade, havendo trânsito em julgado.

O crime, porém, que justificou a segunda condenação era por fato anterior àquele que impôs a condenação da pena que cumpria em livramento condicional, exatamente por isso não sendo reconhecida a reincidência.

Considerando apenas as informações narradas, sobre a nova condenação assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é prevista, por ser por fato anterior, como causa de revogação do livramento condicional.
- (B) É causa de revogação obrigatória, podendo o período em livramento condicional ser considerado como pena cumprida.
- (C) É causa de revogação facultativa, podendo o período em livramento condicional ser considerado como pena cumprida, mesmo em caso de revogação.
- (D) É causa de revogação obrigatória, não sendo considerado como pena cumprida o período em livramento condicional.
- (E) É causa de revogação facultativa e, em caso de revogação, o período em livramento condicional não poderá ser considerado como pena cumprida.

58

Mário, fingindo ser manobrista de um restaurante famoso, recebe de um cliente seu veículo para estacionar. Em seguida, sai com o veículo para local distante, vindo a oferecê-lo para terceira pessoa de boa fé. O cliente ao sair do restaurante não encontrou o veículo e o guardador, resolvendo registrar o fato na delegacia próxima.

Encerrado o inquérito, identificado o autor e elaborado o relatório, os autos foram encaminhados ao Promotor de Justiça que deverá oferecer denúncia em face de Mário pela prática do injusto de

- (A) furto simples.
- (B) furto qualificado.
- (C) estelionato.
- (D) apropriação indébita simples.
- (E) apropriação indébita majorada.

59

Leandro, primário e de bons antecedentes, foi preso em flagrante porque tinha em sua casa, para fins de venda, 100g de maconha e 150g de cocaína na forma de *crack*, conforme laudo de exame de material entorpecente acostado ao procedimento.

Após receber o procedimento principal, já com decisão de conversão do flagrante em preventiva, o Promotor de Justiça deverá denunciar Leandro por

- (A) crime único de tráfico de drogas, podendo a natureza do material entorpecente e a quantidade de drogas serem avaliadas no momento de o juiz fixar pena base em caso de condenação.
- (B) crime único de tráfico de drogas, não podendo a natureza do material entorpecente ser considerada quando da aplicação da pena base, mas tão só as circunstâncias judiciais do Art. 59 do CP e a quantidade de drogas.
- (C) dois crimes de tráfico de drogas, reconhecendo o concurso formal de crimes, podendo ser aplicado o redutor do tráfico privilegiado em razão da primariedade do agente.
- (D) dois crimes de tráfico de drogas, reconhecendo o concurso material de crimes, não podendo a quantidade de drogas ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas tão só as circunstâncias judiciais do Art. 59 do CP;
- (E) dois crimes de tráfico de drogas em concurso formal, podendo a quantidade e a natureza do material entorpecente serem valorizados no momento de aplicar a pena base.

60

Durante uma festa *rave*, Bernardo, 19 anos, conhece Maria, e, na mesma noite, eles vão para um hotel e mantém relações sexuais. No dia seguinte, Bernardo é surpreendido pela chegada de policiais militares no hotel, que realizam sua prisão em flagrante, informando que Maria tinha apenas 13 anos.

Bernardo, então, é encaminhado para a Delegacia, apesar de esclarecer que acreditava que Maria era maior de idade, devido a seu porte físico e pelo fato de que era proibida a entrada de menores de 18 anos na festa *rave*.

Diante da situação narrada, Bernardo agiu em

- (A) erro de tipo, tornando a conduta atípica.
- (B) erro de tipo, afastando o dolo, mas permitindo a punição pelo crime de estupro de vulnerável culposos.
- (C) erro de proibição, afastando a culpabilidade do agente pela ausência de potencial conhecimento da ilicitude.
- (D) erro sobre a pessoa, tornando a conduta atípica.
- (E) erro de tipo permissivo, gerando causa de redução de pena.

Direito Tributário

61

Instituição Financeira localizada no Estado de São Paulo, onde tem sua sede, transferiu parte de seu ativo imobilizado para o Estado Delta, para uma nova filial ali instalada há seis meses. Os bens foram acompanhados de nota de simples remessa. Entretanto, o Estado Delta autuou a Instituição Financeira, por descumprimento da Lei Estadual XXXYYY que registra a necessidade de emissão de nota fiscal para ingresso de bens do ativo imobilizado na unidade federativa referida.

Neste caso,

- (A) a lei estadual de Delta é inconstitucional, já que cria fato gerador novo para fazer incidir ICMS no simples ingresso físico de bens em seu território.
- (B) a atuação do Estado Delta está correta, já que a obrigação acessória é autônoma, em relação à regra matriz de incidência tributária e persiste para fins fiscalizatórios.
- (C) a exigência do Estado Delta é inconstitucional, por vício de competência, uma vez que as instituições financeiras não são contribuintes do ICMS.
- (D) não cabe ao Fisco do Estado Delta impor obrigação acessória, quando inexistente a obrigação principal. O acessório segue a sorte do principal em tema de obrigação.
- (E) a atuação do Estado Delta é legal, ante a função sancionadora e reguladora que exerce no que diz respeito às situações jurídicas tributárias que ocorram em seu território.

62

Leia a afirmativa a seguir.

“Diz respeito à incidência progressiva de alíquotas na razão inversa da essencialidade da mercadoria ou do serviço”.

A afirmativa diz respeito ao princípio da

- (A) razoabilidade.
- (B) proporcionalidade.
- (C) seletividade.
- (D) não-cumulatividade.
- (E) capacidade contributiva.

63

Com referência a tratados em matéria tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nada impede que o Estado Federal brasileiro celebre tratados internacionais que veiculem cláusulas de exoneração tributária em matéria de tributos locais.
- II. Não há supremacia hierárquica dos acordos internacionais relativamente à lei ordinária em matéria tributária. Eventual conflito se resolve aplicando-se o princípio da especialidade.
- III. O princípio da não-discriminação tributária visa a, unicamente, eliminar desigualdades ante os nacionais dos Estados contratantes, que se agrega ao ordenamento interno por força de tratado internacional que o veicule.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) I e II, apenas
- (C) I e III, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III.

64

Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas listadas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- () Os administradores de bens de terceiros respondem, subsidiariamente, pelos tributos devidos pelos administrados, nos fatos geradores que tiverem intervindo.
- () No caso de transformação societária, como a fusão, a pessoa jurídica resultante desta operação societária será responsável pelos tributos devidos até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – V – V.

65

A sociedade empresária Gama Distribuidora de Bebidas pretende a restituição do indébito tributário relativo ao IPI pago sobre descontos incondicionais, quando da aquisição dos produtos de seus fornecedores, os quais embutem no preço de venda o tributo aludido, do qual são contribuintes de direito.

Neste caso,

- (A) Gama tem direito líquido e certo de compensar o imposto pago a maior, já que não há incidência do IPI sobre descontos incondicionais.
- (B) Gama tem direito líquido e certo à compensação, por ter suportado o encargo financeiro do tributo, desde que comprove não ter repassado tal ônus ao consumidor final.
- (C) Gama, como contribuinte de fato, tem legitimidade para requerer a repetição do que foi pago indevidamente, mas terá que comprovar a repercussão econômica do tributo.
- (D) Gama não tem direito à repetição pleiteada, porque o direito subjetivo à repetição do indébito pertence exclusivamente ao denominado contribuinte de direito.
- (E) Gama é terceiro na relação jurídico tributária formada entre o Fisco e o fabricante de bebidas, pelo que só autorizada por este poderia pleitear a repetição do indébito.

Direito Ambiental

66

O Município de Quebradinho edita lei determinando que estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas somente podem funcionar até às 00.30h. Inconformado, o proprietário de um bar questiona judicialmente o ato normativo.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei é válida, ainda que tal determinação não conste do Plano Diretor Municipal.
- (B) A lei é válida, mas sua eficácia depende de prévio zoneamento e demarcação urbanística das áreas atingidas pela restrição.
- (C) A lei é inválida, uma vez que é competência da União editar norma geral de direito urbanístico.
- (D) A lei é inválida, uma vez que ela viola os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- (E) A lei é inválida, uma vez que os proprietários de estabelecimentos já instalados possuem direito adquirido à manutenção dos horários praticados.

67

Diante de grave situação financeira, a Construtora Pedra Branca começa a utilizar como insumo para a construção de um edifício, a areia extraída de floresta inserida em Área de Preservação Permanente.

Acerca da responsabilidade ambiental aplicável ao caso, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Há responsabilidade criminal ainda que haja prévia autorização do Poder Público competente.
- () Há responsabilidade criminal da pessoa jurídica e da pessoa física autora do fato.
- () Sem prejuízo da multa fixada na ação penal condenatória da pessoa física causadora do dano, poderá haver liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem indicada.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

68

A sociedade Vento Forte, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, deseja construir pequeno empreendimento em Área de Proteção Ambiental - APA.

Sobre a hipótese, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Licenciamento Ambiental serão de competência do ente instituidor da Unidade de Conservação.
- II. Em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, o Estudo de Impacto Ambiental poderá ser concluído em até 180 (cento e oitenta) dias posteriores ao início da operação.
- III. Por ser Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, o licenciamento ambiental se dará de forma simplificada, dispensada a licença de operação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

69

Leia o fragmento a seguir.

"A concessão florestal será autorizada por _____, ficando _____ a outorga da exploração de recursos pesqueiros, sendo elegíveis ara fins de concessão as _____."

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) ato do poder concedente - temporalmente limitada - unidades de manejo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável públicas.
- (B) lei específica - temporalmente limitada - unidades de conservação públicas inseridas em Reserva Extrativista.
- (C) lei específica - autorizada - unidades de manejo de Reservas de Desenvolvimento Sustentável públicas.
- (D) ato do poder concedente - vedada - unidades de manejo previstas no Plano Anual de Outorga Florestal.
- (E) lei específica - vedada - Áreas de Proteção Ambiental constituídas por terras públicas.

70

A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas edita lei ordinária fixando faixas de valor de multa para os responsáveis pelo cometimento de infrações ambientais, que variam de acordo com a capacidade econômica e reincidência do infrator.

Sobre a hipótese, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A lei é inválida, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- () Não é possível que multa ambiental varie de acordo com a capacidade econômica do infrator, sob pena de violação ao princípio da isonomia.
- () A lei é inválida, uma vez que as regras gerais sobre responsabilidade ambiental devem ser disciplinadas por lei complementar.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem indicada.

- (A) V - V - F.
- (B) F - F - F.
- (C) F - V - F.
- (D) F - F - V.
- (E) V - V - V.

Direito do Consumidor

71

A propósito da indenização pelos danos materiais decorrentes do extravio de bagagem em voos internacionais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A disciplina do Código de Defesa do Consumidor sempre prevalece sobre os acordos internacionais subscritos pelo Brasil.
- (B) As transportadoras aéreas de passageiros em voos internacionais não podem estipular contratualmente indenizações superiores aos limites indenizatórios estabelecidos nas Convenções de Varsóvia e Montreal e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil.
- (C) As normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.
- (D) As normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, salvo as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.
- (E) Não é aplicável o limite indenizatório estabelecido nas Convenções de Varsóvia e Montreal e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil em relação às condenações por dano material decorrente de extravio de bagagem em voos internacionais.

72

A propósito da disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre as cláusulas abusivas, é correto afirmar que são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que

- (A) limitem a responsabilidade do fornecedor em situações justificáveis e sendo o consumidor pessoa jurídica.
- (B) estabeleçam a utilização facultativa de arbitragem.
- (C) autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, ainda que igual direito seja conferido ao consumidor.
- (D) obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, ainda que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- (E) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

73

Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os contratos de adesão, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
- (B) Nos contratos de adesão não se admite em nenhuma hipótese a cláusula resolutória.
- (C) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte poderá ser livremente escolhido pelo fornecedor, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- (D) As cláusulas dos contratos de adesão devem ser aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, ainda que o consumidor tenha a possibilidade efetiva de discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- (E) As cláusulas dos contratos de adesão devem permitir sua imediata e fácil compreensão pelo consumidor, sem a necessidade de serem redigidas com destaque.

74

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o âmbito de incidência do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) O CDC não se aplica aos contratos de plano de saúde administrados por entidades de autogestão.
- (B) O CDC não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- (C) O CDC não é aplicável às entidades abertas de previdência complementar.
- (D) O CDC incide nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
- (E) O CDC é aplicável aos contratos de plano de saúde, inclusive aos administrados por entidades de autogestão.

75

As opções a seguir apresentam direitos básicos do consumidor, à exceção de uma. Assinale-a:

- (A) Proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- (B) Educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- (C) Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra as práticas e as cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- (D) Acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.
- (E) Modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão, em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, desde que tais fatos fossem imprevisíveis na data da celebração do contrato.

Direito Eleitoral

76

Nos três meses que antecediam as eleições gerais, nas quais estariam em disputa os cargos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo a nível federal e estadual, o Prefeito do Município que sediava a capital do Estado realizou publicidade institucional de obras e serviços relativos à sua gestão.

Como a referida publicidade estava gerando, na população, grande simpatia em relação ao partido político do Prefeito Municipal e, por via reflexa, ao seu candidato ao cargo de Governador do Estado, um partido político de oposição solicitou que seu advogado se posicionasse sobre a licitude da referida publicidade.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 9.504/97, o advogado respondeu corretamente que o Prefeito Municipal:

- (A) não praticou conduta vedada aos agentes públicos, pois a lei eleitoral somente impede a publicidade institucional por parte do agente que concorra à reeleição.
- (B) praticou conduta vedada aos agentes públicos, apenas nos três meses anteriores ao pleito, afetando a igualdade de oportunidades entre os candidatos.
- (C) não praticou conduta vedada aos agentes públicos, nos três meses anteriores ao pleito, pois os cargos municipais não estavam em disputa na eleição.
- (D) não praticou conduta vedada aos agentes públicos, pois a lei eleitoral não veda a realização de propaganda institucional pelo agente competente.
- (E) praticou conduta vedada aos agentes públicos nos seis meses anteriores ao pleito, afetando a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

77

O Promotor Eleitoral com atribuição ajuizou representação em face de João, seu vice e de seu irmão Antônio. João, candidato a Prefeito Municipal, oferecera tijolos para que uma eleitora nele votasse no dia da eleição, enquanto Antônio entregara os tijolos à eleitora.

Sobre o caso, à luz da sistemática estabelecida na legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A eleitora também deveria figurar no polo passivo.
- (B) A conduta, em razão do seu cunho social, é lícita.
- (C) A eleição de João é condição de procedibilidade.
- (D) Antônio não poderia figurar no polo passivo.
- (E) A hipótese é de abuso de poder econômico.

78

O Promotor Eleitoral com atribuição ajuizou ação de impugnação de mandato eletivo em face de Maria e Josefa, eleitas, respectivamente, Prefeita e Vice-Prefeita do Município Alfa.

A petição inicial foi instruída com provas de que Maria, candidata à reeleição, agira com abuso do poder político, o que era simplesmente ignorado por Josefa.

Ao fim da relação processual, o referido abuso do poder político foi comprovado, sendo decretada a perda dos diplomas de Maria e Josefa, bem como declarada a inelegibilidade de ambas.

Considerando a sistemática estabelecida pela ordem jurídica, é correto afirmar que Josefa

- (A) poderia perder o diploma e ter sua inelegibilidade declarada se o registro fosse cassado em momento anterior.
- (B) poderia ter os direitos políticos suspensos, mas não ter a inelegibilidade declarada.
- (C) poderia perder o diploma, mas não ter sua inelegibilidade declarada.
- (D) não poderia perder o diploma nem ter sua inelegibilidade declarada.
- (E) poderia ter sua inelegibilidade declarada, mas não perder o diploma.

79

Determinado Tribunal Regional Eleitoral, ao julgar recurso interposto contra sentença proferida por Juiz Eleitoral, exarou acórdão que, no entender da defesa do réu, era manifestamente contrário à Constituição da República de 1988.

Considerando a sistemática estabelecida na ordem jurídica, é correto afirmar que, estando preenchidos os demais requisitos exigidos, é possível a interposição de recurso

- (A) extraordinário, endereçado ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) constitucional, endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) extraordinário, endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) ordinário, endereçado ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) especial, endereçado ao Tribunal Superior Eleitoral.

80

O partido político Alfa requereu, à Justiça Eleitoral, o registro de candidatura de Pedro e Jaime para concorrerem, respectivamente, aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município Alfa. Foi comprovado que estavam filiados ao partido político Alfa há seis meses, mesmo período em que mantinham domicílio na respectiva circunscrição eleitoral. O requerimento de registro não foi objeto de qualquer impugnação, sendo, ao final, deferido pelo Juiz Eleitoral.

Por entender que Pedro e Jaime não preenchiam os requisitos exigidos pela legislação de regência, o partido político Beta, que também tinha candidatos registrados, interpôs recurso.

Considerando a sistemática estabelecida pela ordem jurídica, é correto afirmar que Pedro e Jaime

- (A) não preencheram apenas o requisito do tempo de filiação partidária e o partido político Beta não tem legitimidade para interpor o recurso.
- (B) não preencheram os requisitos do tempo de filiação partidária e de domicílio na circunscrição e o partido político Beta não tem legitimidade para interpor o recurso.
- (C) não preencheram os requisitos do tempo de filiação partidária e de domicílio na circunscrição e o partido político Beta tem legitimidade para interpor o recurso.
- (D) preencheram os requisitos do tempo de filiação partidária e de domicílio na circunscrição e o partido político Beta não tem legitimidade para interpor o recurso.
- (E) preencheram os requisitos do tempo de filiação partidária e de domicílio na circunscrição e o partido político Beta tem legitimidade para interpor o recurso.

Realização

